



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

**Órgão do Partido
Operário Revolucionário**

☎ (11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

Carta do Boletim Nossa Classe/Partido Operário Revolucionário ao 16º CECUT

Em defesa da independência político-organizativa dos sindicatos e da democracia operária

22 de agosto de 2023

O CECUT que hoje se realiza e o CONCURT que se realizará de 19 a 22 de outubro estão diante de fundamentos de classe, como a independência político-organizativa dos sindicatos e a democracia operária. A violação e eliminação desses dois princípios têm por consequências o abandono do programa de reivindicações e os métodos próprios de luta do proletariado.

A independência político-organizativa se coloca diante da burguesia, do Estado capitalista e de toda variante política dos exploradores, ou que serve a essa classe que oprime os trabalhadores. Somente a classe operária, por seu lugar social que ocupa nas relações capitalistas de produção, pode conquistar a independência político-organizativa. O que quer dizer que existem outras classes que, apesar de oprimidas, não são proletárias, devido também ao lugar social que ocupam na produção e distribuição. São classes que guardam vínculos de uma forma direta ou indireta com a propriedade privada, que rege as leis econômicas da sociedade capitalista de exploração do trabalho. São os casos dos camponeses, em relação à terra, e da pequena-burguesia urbana e rural, entrelaçadas às relações de propriedade.

Um passo que a classe operária dê em sua independência político-organizativa abre caminho para sua unidade com as demais classes oprimidas e, portanto, para a luta contra a dominação burguesa. A conquista de uma aliança operária e camponesa é fundamental para a marcha independente e unida do conjunto dos explorados, que envolve as camadas urbanas da classe média arruinada. As reivindicações dos pobres do campo, que se chocam com as relações de propriedade latifundiária, podem ser defendidas pela classe operária, se estiver lutando contra a exploração capitalista no terreno da independência de classe. Ao contrário, sem a organização independente do proletariado diante da política burguesa, é inviável a sua convergência com as demais classes oprimidas.

Os sindicatos são a base elementar por onde se materializa a independência político-organizativa. Mas, por si mesmos, não têm como sustentar e desenvolver a

política de independência. É preciso que a classe operária organize seu partido revolucionário, que como tal encarna o programa socialista da revolução social, que começa no interior do país e se projeta mundialmente. Isso porque a classe operária é internacional, e derrubará o capitalismo, iniciando a sua demolição pelas revoluções no âmbito das particularidades nacionais.

Os delegados do CECUT se perguntarão: o que tem a ver o partido com o Congresso da Central? Ocorre que a ausência de um poderoso partido do proletariado explica, em grande medida, a situação calamitosa por que passam os sindicatos e a enorme divisão de suas fileiras, com mais de uma dezena de centrais. Deverão se perguntar, também, por que tantas centrais? A resposta se encontra na política colaboracionista e aparelhista das direções. A luta do proletariado exige uma só central, que funcione assentada plenamente na democracia operária e guiada pelo princípio da independência de classe.

A ausência da genuína independência político-organizativa vem afastando a classe operária e os demais explorados de suas organizações. A enorme queda na filiação não passa de um sintoma da desconfiança crescente das bases trabalhadoras diante das direções sindicais burocratizadas, carreiristas e parasitárias. Essa desconfiança se volta, por enquanto, contra os próprios sindicatos, sem que os explorados tenham consciência da distinção desses com a sua direção, que compromete a independência político-organizativa do movimento social. Sem o partido revolucionário, os sindicatos são dirigidos por uma burocracia vinculada aos partidos burgueses e pequeno-burgueses. O PT, PCdoB, Solidariedade, PSOL e PSTU, principalmente, controlam a maioria dos sindicatos. As centrais - CUT, Força Sindical, CTB e CSP-Conlutas - expressam o divisionismo provocado pelo controle de tais partidos sobre os aparatos sindicais.

A fragmentação das organizações operárias retrata a gravidade da ausência da independência político-organizativa. Está clara a concretude da defesa desse

princípio. Dele se depreende a necessidade da democracia operária. Estes Congressos estaduais e logo mais o nacional são as provas vivas de que o aparato burocrático substituiu a presença viva das bases operárias por delegações forjadas por critérios e meios que são alheios à democracia coletiva, direta, dos explorados. Os sindicatos não fizeram a preparação pré-congressual junto aos trabalhadores. Não colocaram em discussão nos locais de trabalho, em reuniões e assembleias sindicais os principais problemas que atingem a vida dos assalariados, o programa de reivindicação e as respostas para o próximo período. A eleição de delegados pela via on-line é o mais novo meio burocrático de desvirtuar a representação e afastar ainda mais os explorados do centro de decisão tão importante, que é o Congresso.

Os CECUTs não serão a caixa de ressonância das fábricas e dos demais locais de trabalho. As divergências de orientação política não puderam ocupar um lugar dinâmico diante de uma situação de crise política, econômica e social, que tende a se agravar. Já se tem de antemão o resultado desses Congressos. A imensa maioria dos delegados estará voltada à posição da direção de manter a subordinação dos sindicatos e centrais ao governo de Lula, ocultando seu caráter de classe, ou seja, seu conteúdo de governo burguês. Não foi possível discutir o significado da queda do governo de ultradireita e sua substituição por um governo de frente ampla, cuja composição é de centro-direita. Não houve possibilidade de discutir a posição estratégica da classe operária em contraposição à estratégia burguesa, que desemboca na colaboração de classe e sustentação de um governo burguês pelos sindicatos e centrais. Não se discutiu um prognóstico sobre o desenvolvimento da crise capitalista nacional e mundial, sobre um possível fracasso do governo Lula e reorganização da ultradireita golpista, para preparar os explorados a enfrentar dias mais difíceis. Não se discutiu as reivindicações, tarefas e campanhas que levam à unidade da luta dos explorados contra a burguesia, seus governantes e o imperialismo. Não se discutiu o significado dos acordos de demissão e redução salarial, por meio dos layoffs, PDVs etc., que têm sido praticados pelas direções sindicais colaboracionistas.

O interesse da direção burocrática se concentrou na estratégia de apoio ao governo Lula, custe o que custar para a maioria oprimida, que foi duramente golpeada pelos governos Temer e Bolsonaro, e que precisa recuperar suas forças por meio da organização independente e da defesa de um programa próprio.

A subordinação dos sindicatos à democracia burguesa, à política oligárquica que controla o Congresso Nacional e ao governo, que serve em última instância ao capital financeiro, aos monopólios industriais e ao agronegócio, é consequência do processo de sua estatização, quebra de independência e liquidação da democracia operária. O predomínio da política de colaboração de classes nas organizações sindicais e populares anestesiou os explorados e atrasou a sua consciência de classe, o que, portanto, facilitou os objetivos eleitorais e o funcionamento institucional do poder da burguesia.

Os CECUTs se realizam, porém, nos marcos de profundos abalos do capitalismo mundial, cujo epicentro se encontra na guerra da Ucrânia, que vem estreme-

cendo a Europa e que está vinculado aos choques dos Estados Unidos com a China na Ásia. Essa situação evidencia que a crise de direção não está circunscrita ao Brasil. O atraso do proletariado em ter uma política própria diante da decomposição econômica do capitalismo e da guerra permite que o imperialismo impulsione a humanidade em direção à catástrofe, ainda não possível de ser dimensionado o seu grau de barbárie. Internamente, os explorados brasileiros arcam com a putrefação da burguesia, incapaz de reagir ao domínio imperialista e voltada inteiramente aos seus interesses, que se contrapõem às necessidades mais elementares das massas.

Nesse exato momento de realização do CECUT, se escancara a céu aberto a podridão do governo Bolsonaro e de sua cúpula militar. Estão mais do que visíveis as forças burguesas e pequeno-burguesas que recorreram à aventura golpista em 8 de janeiro. Haverá alguma punição em nome da defesa da “Democracia” e do “Estado de Direito”, mas a raiz da decomposição política se mantém bem viva. A desgraça está, no entanto, no fato de os sindicatos continuarem servindo à colaboração de classes, que fatalmente leva à desorganização e ao enfraquecimento do proletariado, quando mais precisa avançar com seu programa, sua organização independente, seus métodos de luta e sua democracia.

A luta pela desburocratização dos sindicatos, pela desestatização e pela constituição de uma direção classista e revolucionária está há muito posta. As experiências dos explorados com o reformismo e com a correlata política de conciliação de classes têm de ser amadurecidas e evidenciadas aos seus olhos. Não há como fugir da contradição entre o atraso das condições subjetivas da classe operária e o superamadurecimento das condições objetivas do capitalismo em decomposição, que exigem o avanço da luta de classes em direção à revolução social. Por mais burocratizada que esteja a CUT, é imprescindível travar a batalha pela independência político-organizativa e pelo restabelecimento da democracia operária nos sindicatos. Por essa via, será constituída uma fração revolucionária baseada no programa próprio dos explorados e na estratégia de poder do proletariado.

O Boletim Nossa Classe/POR se esforça ao máximo para romper o bloqueio da burocracia. Comparece no CECUT e estará no CONCUR lutando por suas resoluções, cuja essência sintetizamos nesta Carta aos delegados. Sabemos de nossas debilidades organizativas, mas temos a compreensão da força objetiva das posições programáticas, que estão de acordo com as respostas ao processo de decadência do capitalismo e à defesa das condições de existência dos explorados. Não se pode esperar nada do Estado e da democracia burguesa, a não ser as contrarreformas, mais miséria e mais pobreza das massas.

Sobre essa base convocamos os delegados que concordem com esses fundamentos a se colocarem em luta pela independência político-organizativa dos sindicatos, pela democracia operária e pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e da frente ampla.